



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VIII Legislatura

Número: 106

IV Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 21 de Maio de 2008

Presidente: *Deputado Fernando Menezes*

Secretários: *Deputados Henrique Ventura e Cláudio Lopes*

Sessão Extraordinária

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 40 minutos)

Após a chamada dos Srs. Deputados, foi anunciada a correspondência entrada na mesa da ALRAA.

Em seguida, foi questionada a Câmara sobre a eventual necessidade de baixar à Comissão Especializada as propostas de alteração vindas da Assembleia da República.

Posta à votação, a câmara decidiu, unanimemente, passar para a análise do relatório e parecer da Comissão Especializada.

Posteriormente, e de acordo com a Conferencia de Líderes, passou-se para as intervenções dos Srs. Deputados dos Grupos Parlamentares sobre esta matéria.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Clélio Meneses (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

Submetidas as propostas de alteração à apreciação da câmara, a mesma pronunciou-se positivamente por maioria, com excepção da proposta de alteração para o artigo 5º, que se pronunciou desfavoravelmente.

Em votação final global o diploma mereceu a unanimidade da câmara.

Por fim foi posta à votação uma proposta de deliberação que declara finda a sessão extraordinária, a qual foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Sejam bem-vindos a este plenário extraordinário, onde vamos tomar decisões da maior relevância para a nossa Região Autónoma.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Mesa para proceder à chamada.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados

Partido Socialista (PS)

Ana Isabel Damião de Serpa Arruda Moniz

António Gonçalves Toste Parreira

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernanda Correia Garcia Trindade

Fernando Manuel Machado Menezes

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Hélder Guerreiro Marques Silva

Henrique Correia Ventura

Hernâni Hélio Jorge

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Gabriel Freitas Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa

Manuel Soares da Silveira

Maria **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Mariana Rego Costa de **Matos**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**

Osório Meneses da **Silva**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes dos **Reis**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Lima Cardoso **Ventura**

António Maria da Silva **Gonçalves**

António Pedro Rebelo **Costa**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António da Silveira **Jorge**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Mark Silveira Marques

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Presidente: Estão presentes 41 Srs. Deputados.

Temos quórum. Pode entrar o público.

Passamos à leitura dos documentos que entraram na Mesa.

Secretário (*Henrique Ventura*): Da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, envio do texto final da Proposta de Lei nº 169/X – “Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”.

Secretário (*Cláudio Lopes*): Relatório e parecer no âmbito da audição dos órgãos de Governo próprio prevista no nº 2 do artigo 226º da Constituição sobre a Proposta de Lei nº 169/X – “Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”.

Presidente: Srs. Deputados, como sabem, estamos em plena fase de debate e aprovação do nosso Estatuto e hoje, a primeira deliberação que temos de fazer é decidir se é necessário reunir a Comissão Especializada para tratar deste assunto.

Para cumprir esta formalidade, eu pergunto à câmara se entende que estas alterações que vêm da Assembleia da República devem baixar à Comissão Especializada, uma vez que ela, como sabem, também já reuniu e já emitiu parecer.

Os Srs. Deputados que concordam que se passe imediatamente ao tratamento do assunto, por favor mantenham-se como se encontram.

(Pausa)

Foi deliberado prosseguir para o relatório e parecer da Comissão relativamente a estas alterações.

O segundo ponto da nossa ordem de trabalhos tem a ver exactamente com o relatório e parecer que foi elaborado pela Comissão Especializada de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto.

Este relatório, conforme ficou acordado em conferência de líderes, não vai ser apresentado oralmente, porque está presente nesta sessão, está nos vossos computadores e na vossa documentação. Portanto, a conferência de líderes decidiu não fazer a apresentação oral.

Posto isto, passamos ao ponto seguinte. Também conforme foi deliberado, refere-se às intervenções dos Srs. Deputados dos Grupos Parlamentares sobre esta matéria.

Nesta conformidade, eu dava a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores está hoje reunida para dar parecer à Proposta de Lei n.º 169/X – "Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores", após a sua discussão e votação na especialidade, pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República.

Esta reunião acontece depois de uma Legislatura de apurado e afincado trabalho de todos quantos estão representados na Sede Autonómica dos Açores, de todos quantos aqui não estão mas formam a panóplia democrática regional e de todos quantos quiseram fazer chegar à Comissão Eventual de Revisão do Estatuto os seus contributos, para que desta Assembleia emanasse uma proposta de Estatuto que fosse a proposta dos Açores.

O CDS-PP quer deixar registado para a história, o espírito de abertura ao diálogo que norteou o trabalho da Comissão de Revisão do Estatuto; a defesa convicta das propostas de cada uma das três forças políticas, mas sempre tendo como limite os superiores interesses dos Açores; o esforço para a compreensão das propostas dos outros, numa permanente diligência para obter consensos, a par da disponibilidade, da persistência e da responsabilidade política de todos.

Só assim foi possível que o produto final, não seja a proposta dos Deputados Regionais, mas a proposta de todo o Povo Açoriano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Estatuto Político-Administrativo é tão só um meio – ainda que porventura o mais importante – para a concretização da autonomia. E a autonomia deve ser considerada, no todo nacional, como o melhor processo de realização dos superiores fins do Estado nos arquipélagos.

A ânsia do Povo Açoriano é, como sempre foi, a realização dum melhor desenvolvimento na nossa terra e esse foi o nosso objectivo, concretizado através de uma resposta adequada aos nossos problemas específicos.

E mais: houve sempre um grande desejo – que simultaneamente era dever – de ir tão longe quanto a Constituição da República o permitisse, designadamente tendo em conta o alargamento de competências que os legisladores constituintes quiseram permitir na última revisão do texto Constitucional.

Não se pretendeu criar uma “pequena constituição” para uma “espécie de pequeno Estado”, apenas se propôs à Assembleia da República um documento que deseja albergar os poderes que visem encontrar soluções mais adequadas para as especificidades regionais.

Cremos que as propostas suscitarão polémica, mas nunca lhes foi assacada má intenção.

Poderemos ter sido ousados, mas não fomos irresponsáveis. Quisemos ser ambiciosos, mas não ferimos a Constituição. Defendemos soluções arrojadas, mas tivemos em conta outras experiências autonómicas.

O CDS-PP sempre defendeu que nos Açores precisávamos de um Estatuto que vertesse todos os instrumentos necessários, para que aqueles que nos governarem nunca se possam desculpar de falta de meios para levar a cabo as tarefas de que estão incumbidos, as que lhes vierem a ser cometidas e para enfrentar as situações e problemas novos que se lhes venham a deparar.

Com o empenho de todos, se bem que com ligeiros preconceitos centralistas manifestadas em artigos de opinião públicos ou em algumas das propostas de alteração apresentadas em sede de comissão e alguns “por mim cai”, bem regionais, que felizmente não surtiram efeitos, este foi mais um objectivo alcançado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O “por mim cai” representa um inaceitável desprezo pelo órgão máximo da Autonomia e uma clamorosa falta de respeito pelo Grupo Parlamentar do PSD que votou, por unanimidade, em plenário, todos os artigos do Estatuto.

Querer reduzir esta enorme conquista autonómica a um “por mim cai”, deve merecer a repulsa unânime desta Casa, mesmo dos senhores deputados do PSD, se é que ainda têm voto na matéria.

Para “o Grande líder” do PSD, o Estatuto Político-Administrativo dos Açores transformou-se num “por mim cai” que lhe proporcionou uma ou duas aparições na comunicação social, em tom lamentavelmente desonesto e pouco rigoroso, desvalorizando o seu Grupo Parlamentar a um mero instrumento da sua vontade e manifestando o seu antigo, histórico e conhecido ódio e bÍlis ao CDS-PP que totalitariamente tenta, por todos os meios, fazer desaparecer.

Para que não sobre réstia de dúvida a alguém, o CDS-PP defendeu que só uma parte do número dos deputados eleitos deveria estar afecta permanentemente à Assembleia Legislativa, garantindo um mais vasto leque de escolha de deputados, a par da redução dos custos de funcionamento da Assembleia e sem perda de eficiência.

Mas esta foi uma daquelas propostas que o PSD não aceitou, no tempo e no lugar adequados, e nós não fizemos disso espalhafatosos aparatos público-mediáticos, para que o consenso necessário e a unanimidade verificada à saída dos Açores fossem possíveis.

Pela parte do CDS-PP o que interessou, sempre, foi que caíssem preconceitos centralistas, limitativos do aprofundamento da Autonomia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Para quem anda sempre a gritar, contra tudo e contra todos, e reduz o Estatuto a um mero artigo na desesperada ânsia de demagogicamente conseguir mais uns votos, indo contra os seus próprios Deputados e propósitos manifestados em dignificar esta Assembleia Legislativa, o CDS-PP apenas pode citar este ilustre açoriano que foi Antero de Quental:

“Conquista pois sozinho o teu futuro,
Já que os celestes guias te hão deixado,
Sobre uma terra ignota abandonado,
Homem – proscrito rei – mendigo escuro!

Com grandes golpes bato à porta e brado:
Eu sou o vagabundo, o Deserdado...

Abri-vos, portas d'ouro, ante meus ais!

Abrem-se as portas d'ouro, com fragor...

Mas dentro encontro só, cheio de dor,

Silêncio e escuridão – e nada mais!”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores" teve, na óptica do CDS-PP, dois grandes méritos: actualizou os direitos e poderes legislativos das autonomias, inseridos no novo contexto de um quadro constitucional revisto e confirmou as rectas intenções dos deputados constituintes, relativamente à autonomia dos Açores, porque não teria sentido transformar uma boa oportunidade num mau pretexto.

Inicialmente, o CDS-PP considerou que importava que o Estatuto consagrasse os fundamentos da autonomia, ao invés de estabelecer aquilo que ela não pode afectar e que é o resíduo de uma época histórica de receios.

Entendíamos que nele deviam estar contidos os contornos gerais e essenciais do sistema eleitoral, a clarificação das condições que obrigam à convocação de novas eleições, bem como o estatuto dos titulares dos cargos políticos.

Neste sentido, não nos passaram despercebidas as declarações políticas, de dirigentes nacionais e de líderes regionais, relativamente ao apoio político ao produto do trabalho da Comissão de Revisão do nosso Estatuto.

Também, nesta matéria, e ao contrário de outros, o CDS-PP foi coerente, não teve duas palavras, não sofreu de preconceitos. Votou na República, sem propor alterações, da mesma forma que o CDS-PP tinha votado na Região.

Mas fomos mais além, pois o CDS-PP Açores quis que, para além do compromisso interno, fosse o próprio Presidente nacional do Partido (que ainda temos) a visitar os Açores e a assumir, directa e institucionalmente, por diversas vezes, em várias reuniões públicas e declarações à comunicação social, que os Deputados do Partido na Assembleia da República iriam votar favoravelmente a proposta açoriana de Revisão do Estatuto Político-Administrativo, como aconteceu.

Isto porque o CDS-PP é apoiante e defensor da solução autonómica, pois a autonomia não é uma querela de Estado, nem um problema entre os Açores e qualquer outra parcela do país e porque entende que o poder regional, exercido com eficiência, rapidez e justiça, se torna muito mais eficaz que o Estado distante que desconhece, com profundidade, a maioria dos problemas insulares.

Sempre dissemos, e ora repetimos, que enquanto a autonomia não for entendida como um projecto nacional, Sras. e Srs. Deputados, não há revisões constitucionais que nos valham.

O nosso Estatuto Político-Administrativo é, cada vez mais, um instrumento indispensável para em autonomia realizar Portugal aqui.

Para o CDS-PP Açores, o que estamos todos aqui hoje a fazer é o corolário de um trabalho longo e profícuo realizado por este Parlamento. Um trabalho que, apesar de tudo, vem beneficiar os Açorianos!

Penso, Sras. e Srs. Deputados, que hoje damos mais um passo importante e histórico para o aprofundamento da autonomia, criando uma autonomia mais dinâmica.

E termino, depois de recordar Antero, lembrando as sábias palavras de Vitorino Nemésio:

“Nós não temos medo de que o mar nos alague ou de que a terra nos falte: temos sempre presente, como salutar advertência, a sensação de que o Mundo é curto, e o tempo mais curto ainda”.

Viva os Açores!

Presidente: Antes de dar a palavra ao próximo orador, queria cumprimentar o Sr. Secretário Regional da Presidência que está aqui, em nome do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses, em representação do PSD.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; Sr. Secretário Regional:

Aproxima-se o final do mais importante processo político desta legislatura.

Com alto sentido de responsabilidade democrática e com a dignidade institucional que a matéria exige, foi possível apresentar ao Estado uma proposta de Lei cujo mérito é demonstrado na circunstância significativa de não ter marcas de exclusivas paternidades partidárias.

O consenso alcançado, dentro e fora do Parlamento, fez com que o documento que saiu desta Assembleia fosse uma proposta do Povo açoriano sem distinções de partidos políticos.

Por isso, a revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região, conforme aprovado por unanimidade neste Parlamento, não é uma proposta de nenhum partido, mas dos Açores.

Para isso, contribuiu a vontade clara de todas as forças partidárias no sentido de afirmar o que entendiam adequado ao actual momento do processo autonómico cedendo reciprocamente aos contributos de cada um, de modo a atingir-se a feliz posição final que todos alcançamos.

A convicção foi assumida, o arrojo consciente e a Autonomia afirmada.

Chegado da Região à República, o documento sofreu algumas alterações, mais de três dezenas.

Algumas delas consubstanciam meros ajustamentos constitucionais, de carácter preventivo e que, na assunção que delas fazemos, também manifestam o sentido de responsabilidade necessário a evitar reveses desnecessários a um processo com esta delicadeza e dimensão.

Outras alterações propostas pelo Partido Socialista, com o beneplácito e acordo anunciado do PS-Açores, e aprovadas por maioria na Assembleia da República revelam, porém, um intrincado preconceito centralista baseado numa serôdia desconfiança do Estado em relação à Autonomia.

Tais propostas não podem ser consideradas desrespeitosas para com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos Açores, mas o resultado normal da evolução do processo legislativo. Não merecem, porém, a nossa concordância.

Três décadas depois da institucionalização da democracia e de desenvolvimento do projecto autonómico, é inaceitável que alguns representantes do Estado continuem presos a complexos entorpecidos e visões redutoras da Autonomia.

Com efeito, as referidas propostas assentam numa determinada perspectiva segundo a qual o processo autonómico parte do Estado e não da Autonomia.

É esse, seguramente, o grande equívoco de uma certa visão do Estado que continua a ver Portugal apenas a partir de Lisboa e não na verdadeira e multi-polar dimensão que efectivamente tem e deve ter.

Lamentavelmente, essa visão fundamentou as propostas que desvirtuam os artigos da Proposta de lei agora alterados.

Efectivamente, tal como a Constituição da República Portuguesa assenta, parte e desenvolve-se, necessariamente, numa perspectiva do Estado, o Estatuto Político-

Administrativo da Região deve assentar, partir e desenvolver-se numa perspectiva da Autonomia.

De resto, o respectivo processo legislativo com a iniciativa política da Região assim determina.

Porém, não foi esse o entendimento, ainda não é esse o entendimento, de alguns partidos políticos que continuam amarrados a receios e suspeições de outros tempos e que o tempo provou não terem razão de existir.

Por isso, é nosso dever, hoje perante a afronta, assumir a defesa da Autonomia como ela só pode ser entendida.

A Autonomia não é uma concessão do Estado, é uma conquista e a afirmação do Povo Açoriano.

Ou, ainda mais claro, a Autonomia é a própria afirmação de Portugal.

A autonomia não pode ser vista como um encargo para o país, mas, pelo contrário, como uma vantagem para Portugal.

Portugal é o que é, também, por causa do Açores.

A significativa retirada da referência ao “povo açoriano”, no artigo 5º da proposta em causa, evidencia de forma carregada todos estes complexos e medos centralistas.

Esquecem estes “cavaleiros” do centralismo que o Povo açoriano é o que é não por causa, exactamente, de nenhuma concessão do Estado, mas por sermos como somos e o que queremos ser.

O povo açoriano descrito nas letras de Nemésio, de Natália, ou na forma característica mas impressiva de Gervásio Lima que exclama: “O açoreano é esse povo maleável, indómito e dócil, que soluça trovas nas notas dolentes de uma viola, improvisa nos serões e arraiaes; mas ruge e troveja nas horas indecisas e ameaçadoras da pátria e da liberdade”.

O povo açoriano das ilhas do atlântico e nas reproduções que delas faz nas sete partidas do mundo.

O povo açoriano que, representado pelos seus mais ilustres filhos, tem a prova da sua existência nas vidas da gente que o constitui.

Nem parece poder diminuir-se o efeito da alteração, dizendo que “é apenas um artigo”, pois é, por isso mesmo, que não podemos permitir sossegadamente tal posição.

Então, se é só um artigo, porque razão isso é alterado?

Só pode querer significar que a teimosia da desconfiança centralista quis impor-se expressamente.

Por outro lado, na alteração feita ao artigo 14º, volta a surgir o fantasma dos medos do desenvolvimento da Autonomia.

Efectivamente, quando se substitui a dimensão “progressiva” pela dimensão “dinâmica” do processo autonómico está, mais uma vez, a temer-se que a autonomia progrida, cresça e se afirme positivamente, permitindo-se, apenas, que seja dinâmica, quando se conhece a possibilidade positiva ou negativa de qualquer dinâmica.

Os mesmos preconceitos revelam-se na substituição do princípio da preferência do direito regional pelo princípio da supletividade do direito nacional.

Mais uma vez, impõe-se que um diploma que parte jurídica, política e naturalmente da Autonomia seja marcado por um princípio que assenta no Estado como entidade central e concessionária do poder político.

Nem se pode tentar disfarçar, dizendo que se está perante uma mera questão semântica.

Estamos verdadeiramente perante uma questão de conceito, ou melhor de preconceito, político.

De resto, se é assim uma matéria apenas de pormenor, de tão pouca importância, então porque a quiseram alterar?

Apenas, e mais uma vez, para deixar a marca indelével do centralismo.

A diferença é tão significativa que na proposta dos Açores afirma-se, positivamente, que “os decretos legislativos regionais prevalecem sobre os actos legislativos da República” enquanto que na alteração imposta por Lisboa se estabelece, negativamente, que “na falta de legislação regional própria (...) aplicam-se na Região as normas legais em vigor”.

Mais uma vez, não é a afirmação positiva da Autonomia mas a permissão do Estado.

Do mesmo modo, foi eliminada a possibilidade de o Governo Regional emitir regulamentos independentes.

Com os mesmos preconceitos e intenções, introduziram-se no Estatuto da Região normas relativas ao Representante da República que se demonstram claramente despropositadas.

Por um lado, está-se perante uma mera e desnecessária reprodução daquilo que já está previsto constitucional e legalmente.

Por outro lado, entendemos o Representante da República como uma figura institucional do Estado e não como um órgão da Autonomia, pelo que não faz qualquer sentido a sua previsão programática no Estatuto, destacada em capítulo próprio, para além das referências necessárias e instrumentais ao processo autonómico.

Não pode deixar de alertar-se, ainda, para a perigosa ressurreição do conceito de interesse específico prevista na nova redacção do número 2 do artigo 113º, e que, como bengala do centralismo, tantos dissabores tem trazido ao desenvolvimento legislativo da Autonomia.

Todas estas alterações, que reprovamos, foram feitas ao arrepio da importante consensualização que nos Açores fomos capazes de alcançar, e que tanto valorizam a nossa proposta como desvalorizam aquelas.

Não são alterações que desvirtuem a matriz da proposta, ou que ponham sequer em causa o sentido global positivo que fazemos da mesma, mas tiram-lhe desnecessariamente aquela pontinha de brilho que faziam do Estatuto um avanço extraordinário na assunção da Autonomia como um desígnio do Estado.

No mais, congratulamo-nos firmemente pela manutenção da proposta apresentada por esta Assembleia.

Nos avanços significativos em termos de competência legislativa, nas perspectivas de desenvolvimento do processo autonómico aos mais variados níveis ou mesmo na actualização e clarificação necessárias em alguns preceitos.

Aqui chegados, resta esperar que o processo se conclua com a mesma dignidade e elevação com que se iniciou e desenvolveu genericamente, à parte de pequenos ataques pessoais despropositados.

Com respeito pelas diferenças, mas, sobretudo, com o objectivo alcançado de assumir a Autonomia como a melhor forma de governar os Açores, de um modo pró-activo, afirmativo e potenciador das capacidades desta importante parcela de Portugal.

Processo que nunca está concluído, porque necessariamente progressivo, que irá certamente ter outros e novos desenvolvimentos, desde logo, com a necessária revisão constitucional, mas, acima de tudo, com a prática política dos órgãos de governo próprio da Região que têm a responsabilidade acrescida de demonstrar na sua actividade que as conquistas de agora são pequenas para a vontade e capacidade do Povo Açoriano.

Porque, como tudo em política, a Autonomia não pode ser uma lei ou um mero discurso. Tem de ser uma prática convicta e eficaz.

Porque, também, como tudo em Política, deve ter um único objectivo: as Pessoas. Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para uma intervenção, em representação do PS, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

É o trabalho de uma Legislatura. É a reforma profunda da nossa Carta Autónómica que se aproxima do fim e hoje conhece, ao nível institucional, a nossa última palavra. Porque Lei fundamental para os Açores, coube-nos por direito a honrosa e exclusiva prerrogativa de a propor: com entusiasmo, vigor, ambição e esperança. Porque Lei fundamental para o país, para a completude, interpretação e aplicação do chamado “bloco constitucional”, certamente mais uma vez geradora de precedentes e inspirações várias – compete aos Deputados da República aprová-la.

Antes porém, e ainda, a nossa pronúncia, relativa às alterações que a Assembleia da República entendeu introduzir à nossa Proposta. Porque este direito constitucional de pronúncia é, objectivamente, uma garantia política que ora exercitamos, e mais um afloramento de que o Estatuto é Lei Pactuada, participada, quer dizer: obra conjunta.

E creio mesmo que a melhor forma de fazermos um juízo objectivo, ainda que apaixonado; sereno, mesmo que assumidamente parcial; e justo, sobretudo justo, apesar de cioso da nossa unânime proposta, é relembrarmos aquilo a que vimos, e no tempo próprio, ainda e só, de esperança e do querido atrevimento de mais competências, melhor sistemática, mais direitos, objectivos mais precisos, alargada cooperação e aprofundamento da participação dos açorianos – tudo aquilo, Sras. e Srs. Deputados, que sonhámos alcançar e vertemos em palavra escrita, relatos de tempos e ambições: os relatórios da “Comissão do Estatuto”, que foi apenas uma, mas assumiu diversas “denominações de guerra”.

Assim, lembro que no Segundo Relatório Intercalar, de Julho de 2006, já então se concluía:

- “A Região deverá promover a revisão do Estatuto, de modo a concretizar o actual quadro constitucional de aprofundamento da Autonomia.
- A revisão deve corresponder a uma ampla reforma do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores (EPARAA), e não apenas a uma adequação pontual em função dos novos preceitos constitucionais, transformando o Estatuto numa verdadeira Lei Fundamental dos Açores.
- Com a revisão, o EPARAA deve ganhar dimensão material, reforçando a vertente política e deixando de ser apenas uma lei organizativa.
- A enunciação das matérias que integram o poder legislativo da Região deve obedecer a uma tipologia que assegure o seu aprofundamento e ampliação.
- O Estatuto deve confirmar o princípio de preferência do Direito Regional.
- O EPARAA deve conter um Preâmbulo.
- À reforma do EPARAA deve corresponder uma nova sistemática.
- Devem ser eliminadas todas as normas e disposições caducas do EPARAA”.

E o Relatório de Junho de 2007 apontava, designadamente, que “a concretização dos objectivos traçados, consubstancia-se nas seguintes alterações fundamentais”:

- “A elencagem dos objectivos fundamentais da Autonomia e dos direitos da Região e a fixação de novos conceitos de garantia desses direitos, com o aditamento do articulado referente aos princípios da subsidiariedade, da cooperação entre a República e a Região, da solidariedade nacional, da continuidade territorial e ultraperiferia, do adquirido autonómico e da preferência do direito regional.
- A consagração do direito de petição aos órgãos de Governo próprio, do referendo regional e da iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos.
- A enunciação das competências legislativas da Região, assegurando o seu aprofundamento e ampliação, designadamente nas seguintes matérias (...) (seguiram-se dezoito agrupamentos de matérias, que se desenvolvem, no articulado, em 19 artigos e 155 alíneas).
- A confirmação da competência legislativa da Região para proceder à transposição de actos jurídicos da União Europeia.
- A definição das iniciativas que exigem maiorias qualificadas de aprovação.

- A definição das condições de dissolução da Assembleia Legislativa e procedimentos subsequentes.
- O desenvolvimento do estatuto dos titulares de cargos políticos, incluindo o regime de incompatibilidades e impedimentos.
- O estabelecimento da limitação de mandatos do Presidente do Governo Regional.
- O desenvolvimento das relações da Região com outras pessoas colectivas públicas, designadamente ao nível da cooperação e da audição.
- A introdução do instituto de “audição qualificada” por parte da República, quando estejam em causa assuntos que sejam particularmente relevantes para a Região.
- A previsão dos direitos da Região ao nível das relações internacionais, designadamente em matéria de construção europeia e no aprofundamento da cooperação com a Macaronésia.
- A possibilidade de criação de entidades administrativas independentes regionais e de provedores sectoriais regionais.
- A consagração estatutária do Conselho Económico e Social dos Açores.
- A eliminação do articulado referente ao Ministro da República/Representante da República, excepto no que se refere à sua intervenção na nomeação dos membros do Governo e no processo legislativo.
- A definição de normas gerais de direito eleitoral.
- O reforço dos poderes da Assembleia Legislativa no acompanhamento do processo de integração europeia”.

Foi isto, foi tudo isto, que ousámos querer consagrar na Carta Magna da Autonomia.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sejamos, pois, claros: disto, que sem complexos, preconceitos ou salivar pré-eleitoral, no seu tempo e a seu tempo, nos auto-propusemos – o que é que nos tiraram?

É verdade que as alterações ora em apreciação parametrizam e perspectivam a preferência do direito regional na óptica da Lei Estadual, estipulando que esta, nos casos de competência legislativa concorrencial entre os Parlamentos Nacional e Açoriano, será supletiva, quer dizer, afastável e afastada pela Lei Regional. É esta a realidade hierárquico-normativa que continua plasmada na Proposta de Estatuto. Consubstanciando o facto insofismável que Portugal é hoje um ordenamento jurídico pluri-legislativo em muitas matérias. E se, porventura, o Legislador Nacional quis dar a si próprio o tempo, que talvez

precise, para assimilar esta poderosa conquista autonómica, em vez de rasgarmos as vestes e carpirmos sobre as nossas vitórias, sejamos magnânimos com o seu complexo semântico: porque, em Portugal, a descentralização e a Autonomia são coisas que custaram a aprender! É igualmente certo que, ao nível político-simbólico, optámos por, na nossa Proposta, não referenciarmos autonomamente a figura do Representante da República. Mas, Sras. e Srs. Deputados: a transcrição de dois artigos do texto constitucional em nada altera ou acrescenta a realidade jurídica. Nem vale, ao cabo e ao resto, fazermos desta questão o nosso cachimbo de Magritte: a ausência estatutária da figura do Representante da República não nos daria, com certeza, a infantil ilusão do seu real desaparecimento do nosso mundo jurídico-constitucional!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: É um facto que a nossa Autonomia passou, na letra do Estatuto, a ser de aprofundamento “gradual e dinâmico”, em vez de “gradual e progressivo”. Mas, ao cabo e ao resto, o sentido é o mesmo. E assim evita-se, com grande probabilidade, o risco, sempre desagradável, de se confundir princípios que são injunções normativas para o futuro, com protagonistas ou etapas passadas, datadas e de polémico juízo histórico.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário Regional da Presidência, Sras. e Srs. Deputados:

Lamentamos – é certo – a substituição da expressão “Povo Açoriano”, do nº 2 do artº 5º da Proposta, pela palavra “açorianos”. E lamentamo-la precisamente devido ao exacto sentido que ela tinha: o de identidade e de pertença, indesmentível e insofismável, das gentes açorianas.

Era esse o seu sentido sociológico, sendo de todo em todo ilegítimo, desde logo ao nível duma elementar interpretação sistemática do texto da Proposta, que, por absurdo, porventura se pretendesse tirar ilacções jus-públicas do conceito, quer num sentido secessionista ou mesmo federalista, já que tal implicaria, desde logo, que outras e diversas fossem as soluções apresentadas, mormente para o voto dos açorianos na diáspora.

Pese embora o facto de a expressão, ao nível mais simbólico, continuar a constar do Preâmbulo da Proposta, que aliás se mantém intocável, estamos convictos da desnecessidade desta alteração, a cuja motivação fantasmática nos opomos firmemente.

E, neste concernente, tão-pouco serve de consolo as denotadas intenções de retalhar o Preâmbulo; de comprimir gravemente a nossa competência legislativa, quer pela supressão da cláusula residual e aberta fundamentada no princípio da subsidiariedade, quer pela amputação grave da nossa competência em matéria de protocolo; de aligeiramento e vacuidade na conformação dos deveres do Presidente da República de audição dos órgãos regionais; de eliminação da possibilidade da criação de provedores sectoriais regionais e da não clarificação das matérias passíveis de alteração pela Assembleia da República, em sede de revisão estatutária.

Tudo isto, recordei, foram propostas apresentadas pelo PSD. Prevaleceu, no entanto, o bom senso da maioria, e foram chumbadas pelo Partido Socialista, não merecendo igualmente o aval das outras forças político-partidárias. Tiveram, pois, curta vida, mas largos e nefastos propósitos. A História registará que não passaram...que não passarão!

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Secretário Regional da Presidência, Sras. e Srs. Deputados:

Mais do que um poder/dever, jurídico e institucional, a actual fase procedimental de revisão estatutária, não nos incumbe apenas de uma apreciação, formal e regimental, das alterações propostas – antes nos convoca, em tempo de vésperas de aprovação final da nossa Proposta de reforma estatutária, a um decisivo e global balanço e decisão políticas.

O balanço, por tudo o que vimos, só pode ser positivo. O valor supremo do aperfeiçoamento autonómico exige de nós um sim claro, frontal e inequívoco ao resultado actual e conjunto deste processo legislativo complexo. Porque os ganhos competenciais, políticos e sistemáticos; de participação democrática e garantia autonómica são enormes!

Abracemo-los, pois, sem hesitações nem tibiezas. A hora não é de protagonismos autorais, vaidades pessoais ou espertezas de grupo. Esta é a hora de dobrarmos mais uma etapa de aprofundamento da Autonomia. Que é dinâmica, gradual...e até progressiva!

E, Sras. e Srs. Deputados: ao fazê-lo, que é o que vamos fazer, cumprimos, lisa e honradamente, a nossa obrigação. E então poderemos, e só então poderemos, sem vaidade, mas com orgulho, constatar que não nos enganámos no decorrer de todo este processo. Que agimos sempre abnegadamente, pensando todos e sempre; sempre mas todos – nos Açores e no seu Povo!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e do Secretário Regional da Presidência.

Presidente: Srs. Deputados, terminadas as intervenções, vamos proceder às votações.

Peço a vossa atenção porque há alguma complexidade relativamente a esta votação.

Vamos fazer votações em bloco, pelo menos de alguns dos artigos.

Assim, proponho a votação em bloco das propostas de alteração para os artigos 6º, 9º, 12º, 15º-A, 16º, 22º, 26º, 33º, 36º, 38º, 45º, 107º, incluindo a proposta de eliminação para o nº 3 do artigo 107º.

Os Srs. Deputados que concordam por mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretários: As propostas de alteração para os artigos anunciados e a proposta de eliminação para o nº 3 do artigo 107º, foram aprovadas com 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho para interpelar a Mesa.

(*) Deputado Francisco Coelho (PS): Sr. Presidente, apenas para uma correcção e, como diria o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro, de alguma pedagogia.

Embora seja hábito, e daí compreenda a forma como foi lida a votação pelo Sr. Secretário da Mesa, estamos num procedimento especial. Portanto, não nos cabe a nós aprovarmos ou não as alterações. Nós estamos apenas, como órgão colegial que somos, a indagar da vontade deste órgão acerca do parecer favorável ou desfavorável a cada uma das alterações da Assembleia da República.

O resultado não pode ser aprovação, mas apreciação.

Muito obrigado.

Presidente: Sim senhor, Sr. Deputado, compreendi perfeitamente e quer que eu utilize essa formulação cada vez que puser à votação.

Está esclarecido.

Voltamos ao artigo 5º.

Vamos apreciar a proposta de alteração para o artigo 5º.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o artigo 5º não foi apreciada positivamente. A votação registou 26 votos contra do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos para as propostas de alteração para o artigo 7º.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente a alínea i) do artigo 7º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para a alínea i), foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Os Srs. Deputados que apreciam positivamente a alínea j) do artigo 7º, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para a alínea j), foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Propostas de alteração para os artigos 14º e 15º, incluindo a proposta de eliminação para o nº 3 do artigo 14º.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração para os artigos 14º e 15º e a proposta de eliminação para o 3 do artigo 14º foram apreciadas positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 40º, existe uma proposta de eliminação para o nº 2.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Os Srs. Deputados que apreciam positivamente a proposta de eliminação para o nº 2 do artigo 68º, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação para o nº 2 do artigo 68º, foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 68º, existe também uma proposta de alteração para o nº 7.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 85º, nº 1, alínea b), existe uma proposta de eliminação.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente a proposta de eliminação, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o nº 2 do artigo 85º, temos uma proposta de alteração e para o nº 3 existe uma proposta de eliminação.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram apreciadas positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o nº 3 do artigo 88º temos uma proposta de eliminação.

Também temos propostas de aditamento para os artigos 104º-A e 104º-B.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas foram apreciadas positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passamos para as propostas para o artigo 113º.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente a proposta de alteração para o nº 1, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o mesmo artigo, temos uma proposta de alteração para o nº 2.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para o nº 2 foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Temos de seguida uma proposta de alteração para o nº 2, alínea a).

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para a alínea a) do nº 2 foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de eliminação para a alínea b) do nº 2.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Passemos agora ao nº 3 do mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos a favor do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Para o artigo 118º, temos uma proposta de alteração para a alínea a) do nº 2.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi apreciada positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Vamos votar agora as propostas de alteração para os artigos 130º, 136º e 137º.

Os Srs. Deputados que apreciam positivamente, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração foram apreciadas positivamente por maioria. A votação registou 26 votos a favor do PS, 14 votos contra do PSD e 1 abstenção do CDS/PP.

Presidente: Em fase de todas estas alterações vamos fazer uma votação final global, considerando que o nosso Estatuto ficará com estas alterações que agora foram apreciadas.

Em votação final global, os Srs. Deputados que concordam que o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores seja alterado conforme as propostas anteriormente aprovadas, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: Em votação final global, a Proposta de Lei 169/X – Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, foi aprovada por unanimidade.

(Aplausos da câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

(*) **Deputado José Manuel Bolieiro (PSD):** Sr. Presidente, apenas para anunciar à câmara e ao Sr. Presidente que farei chegar à mesa uma declaração de voto por escrito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É também para anunciar a câmara que entregarei na mesa uma declaração de voto por escrito.

Presidente: Srs. Deputados, estes trabalhos de hoje vão ser rapidamente reduzidos ao diário das sessões, com todas as intervenções e votações.

O relatório da Comissão que já está em nosso poder vai ser preparado e todos estes documentos vão ser enviados, o mais rapidamente possível, para a Assembleia da República.

Prevê-se para o início do próximo mês a votação final global na Assembleia da República e gostaria de informar a câmara que irei chefiar uma delegação constituída por deputados de todos os grupos parlamentares, designadamente os que fazem parte da Comissão Especializada, para estarmos presentes na Assembleia da República aquando da votação.

Finalmente, gostava também de vos pedir para aprovarem uma deliberação que declara findo este período extraordinário de Maio.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se com se encontram.

Secretário: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Meus senhores, terminaram os nossos trabalhos.

Foi um momento relevante da nossa vida parlamentar e da nossa vida autonómica. Agora ficamos a aguardar a aprovação final, que estou certo vai acontecer na Assembleia da República para então podermos, com novas competências, enfrentar os novos desafios.

Muito obrigado a todos.

Boa tarde.

Eram 16 horas e 45 minutos.

Deputados que faltam à Sessão

Partido Socialista

Alberto da Silva Costa

António José Tavares de Loura

Luís Paulo de Serpa Alves

Maria Fernanda da Silva Mendes

Nuno André da Costa Soares Tomé

Partido Social Democrata

José Manuel Avelar Nunes

Lisa Marie Garcia Furtado

Luís Henrique da Silva

Maria José Botelho de Viveiros da Silva Lemos Duarte

Sérgio Emanuel Bettencourt Ferreira

Deputado Independente (Ind.)

Paulo Domingos Alves de Gusmão

(*) Texto não revisto pelo orador

DOCUMENTOS ENTRADOS

RELATÓRIO E PARECER, NO ÂMBITO DA AUDIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GOVERNO PRÓPRIO PREVISTA NO N.º 2 DO ARTIGO 226.º DA CONSTITUIÇÃO, SOBRE A PROPOSTA DE LEI N.º 169/X – APROVAÇÃO DA

TERCEIRA REVISÃO DO ESTATUTO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Angra do Heroísmo, 19 de Maio de 2008

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

A Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo reuniu no dia 19 de Maio de 2008, na Delegação da Ilha Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo. Da agenda da reunião constava, como ponto único, a apreciação, relato e emissão de parecer sobre a “Proposta de Lei n.º 169/X – Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, da autoria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Assembleia da República, em sede da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e em fase de apreciação na especialidade.

CAPÍTULO II DA COMISSÃO

A Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo foi criada pela Resolução n.º 19/2007/A da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, publicada no Diário da República n.º 203 – I Série, de 22 de Outubro de 2007, sucedendo-se, nos termos da referida Resolução, à Comissão Eventual de Acompanhamento do Processo de Reforma do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, criada pela Resolução n.º 16/2007/A, publicada no Diário da República n.º 153 – I Série, de 9 de Agosto de 2007.

Integram a Comissão Especial os seguintes Deputados: Francisco Coelho, Hernâni Jorge, José San-Bento Maria Fernanda Mendes, Manuel Herberto Rosa, e Nuno Tomé, do Partido Socialista; Clélio Meneses, José Manuel Bolieiro e Pedro Gomes, do Partido Social Democrata; e, Artur Lima, do CDS - Partido Popular.

A Mesa da Comissão é presidida pelo Deputado Francisco Coelho, tendo como Secretário o Deputado José Manuel Bolieiro e como Relator o Deputado Manuel Herberto Rosa.

CAPÍTULO III

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

As Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas gozam de reserva de iniciativa legislativa no que respeita aos projectos de estatutos político-administrativos, conforme dispõe o n.º 1, conjugado com o n.º 4, do artigo 226.º da Constituição da República Portuguesa.

Nos termos do n.º 2 do artigo 226.º da Constituição, no caso da Assembleia da República rejeitar ou introduzir alterações nessa iniciativa, esta deve ser remetida à respectiva Assembleia Legislativa, para apreciação e emissão de parecer, antes da discussão e deliberação final pela Assembleia da República – n.º 3 do artigo 226.º da Constituição.

A tramitação do processo de alteração do Estatuto Político-Administrativo está disciplinada nos artigos 148.º a 155.º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Conforme o disposto no artigo 3.º da Resolução n.º 19/2007/A, publicada no Diário da República n.º 203 – I Série, de 22 de Outubro de 2007, a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo assume as competências previstas no n.º 2 do artigo 149.º do Regimento, cabendo-lhe, nomeadamente, apresentar os relatórios e elaborar os pareceres sobre as propostas de alteração, nos termos legal e regimentalmente previstos.

Esta Comissão Especial assume, ainda, os poderes previstos no artigo 155.º do Regimento, competindo-lhe acompanhar na Assembleia da República todo o processo de alteração do Estatuto Político-Administrativo.

CAPÍTULO IV

APRECIAÇÃO DAS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS

PELA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

A iniciativa legislativa ora submetida a parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 226.º da Constituição, tem por objecto a alteração – no caso a terceira – do Estatuto Político-Administrativo da Região

Autónoma dos Açores, aprovado pela Lei n.º 39/80, de 5 de Agosto, e alterado pela Lei n.º 9/87, de 26 de Março, e pela Lei n.º 61/98, de 27 de Agosto.

Em 31 de Outubro de 2007, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou por unanimidade a Proposta de Lei que desencadeou o presente processo legislativo.

A revisão estatutária ora em apreciação assenta na vontade de afirmar o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores como uma verdadeira Lei Fundamental dos Açores e consubstancia-se nas seguintes alterações fundamentais:

- A introdução de um preâmbulo, tendo em vista a afirmação do Estatuto enquanto lei fundamental da Região;
- A adopção de uma nova sistémica;
- A eliminação de normas e disposições caducas ou sem dignidade estatutária;
- A elencação dos objectivos fundamentais da Autonomia e dos direitos da Região e a fixação de novos conceitos da garantia desses direitos, com o aditamento do articulado referente aos princípios da subsidiariedade, da cooperação entre a República e a Região, da solidariedade nacional, da continuidade territorial e ultraperiferia, do adquirido autonómico e da preferência do Direito regional, parametrizada como princípio da supletividade da legislação nacional;
- A consagração do direito de petição aos órgãos de governo próprio, do referendo regional e da iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos;
- A enunciação o mais exaustiva possível, das competências legislativas da Região, assegurando o seu aprofundamento e ampliação;
- A confirmação da competência legislativa da Região para proceder à transposição de actos jurídicos da União Europeia;
- A definição das iniciativas que exigem maiorias qualificadas de aprovação;
- A definição das condições de dissolução da Assembleia Legislativa e procedimentos subsequentes;
- O desenvolvimento do estatuto dos titulares de cargos políticos, incluindo o regime de incompatibilidades e impedimentos;
- O desenvolvimento das relações da Região com outras pessoas colectivas públicas, designadamente ao nível da cooperação e da audição;

- A introdução do instituto da “audição qualificada” por parte da República, quando estejam em causa assuntos que sejam particularmente relevantes para a Região;
- A previsão dos direitos da Região ao nível das relações internacionais, designadamente em matéria de construção europeia e no aprofundamento da cooperação do âmbito da Macaronésia;
- A possibilidade de criação de entidades administrativas independentes regionais e de provedores sectoriais regionais;
- A consagração estatutária do Conselho Económico e Social dos Açores;
- A definição de normas gerais de direito eleitoral;
- O reforço dos poderes da Assembleia Legislativa no acompanhamento do processo de integração europeia.

Em 3 de Abril de 2008 a Assembleia da República aprovou na generalidade, e também por unanimidade, esta Proposta de Lei.

Na reunião que ora se relata, a Comissão analisou a redacção da Proposta de Lei após as alterações introduzidas na sequência da discussão e votação efectuada na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República e que foi acompanhada e participada pela Subcomissão para o efeito constituída.

Em síntese, a Assembleia da República introduziu o conjunto de alterações que constam do quadro seguinte, alterações essas que foram analisadas por esta Comissão e lhe mereceram a apreciação infra indicada:

PROPOSTA DE EPARAA	ALTERAÇÕES DA AR	APRECIAÇÃO
<p>Artigo 5.º</p> <p>Órgãos de governo próprio</p> <p>1. São órgãos de governo próprio da Região a Assembleia Legislativa e o Governo Regional.</p> <p>2. Os órgãos de governo próprio da Região assentam na vontade do povo açoriano,</p>	<p>Artigo 5.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>2. Os órgãos de governo próprio da Região assentam na vontade dos açorianos.</p>	<p>PS: contra</p> <p>PSD: contra</p> <p>CDS/PP: abstenção</p>

democraticamente expressa, e participam no exercício do poder político da República.		
<p>Artigo 6.º</p> <p>Representação da Região</p> <p>1.A Região é representada pelo Presidente da Assembleia Legislativa.</p> <p>2.A Região é ainda representada pelo Presidente do Governo Regional ou por quem for por ele indicado, nos casos previstos na Constituição e nas leis e nos decorrentes do exercício de competências próprias do Governo Regional.</p>	<p>Artigo 6.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p> <p>2. A Região é ainda representada pelo Presidente do Governo Regional, nos casos previstos na Constituição e nas leis e nos decorrentes do exercício de competências próprias do Governo Regional.</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
<p>Artigo 7.º</p> <p>Direitos da Região</p> <p>1.São direitos da Região, para além dos enumerados no n.º 1 do artigo 227.º da Constituição:</p> <p>a)O direito à autonomia política, legislativa, administrativa financeira e patrimonial;</p> <p>b) O direito à justa compensação e à discriminação positiva com vista à atenuação dos custos da insularidade e do carácter ultraperiférico da</p>	<p>Artigo 7.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]:</p> <p>a)[...]</p> <p>b) [...]</p> <p>c)[...]</p>	

<p>Região;</p> <p>c)O direito à cooperação do Estado e demais entidades públicas na prossecução das suas atribuições, nomeadamente através da celebração de acordos de cooperação;</p> <p>d) O direito à informação que o Estado ou demais entidades públicas disponham relacionada com a Região;</p> <p>e)O direito ao domínio público e privado regionais;</p> <p>f) O direito a uma organização judiciária que tenha em conta as especificidades da Região;</p> <p>g)O direito a ser sempre ouvida pelos órgãos de soberania e a pronunciar-se por iniciativa própria, relativamente às questões da competência destes que digam respeito à Região;</p> <p>h) O direito a ter uma participação significativa nos benefícios decorrentes de tratados ou de acordos internacionais que digam respeito à Região;</p> <p>i) O direito a uma política</p>	<p>d) [...]</p> <p>e)[...]</p> <p>f) [...]</p> <p>g)[...]</p> <p>h) [...]</p> <p>i) O direito a uma política própria de cooperação externa com entidades regionais estrangeiras, nomeada-mente no quadro da União Europeia e do</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
--	---	--

<p>própria de relações externas com entidades regionais estrangeiras, nomeadamente no quadro da União Europeia e do aprofundamento da cooperação no âmbito da Macaronésia;</p> <p>j) O direito a estabelecer acordos com entidades regionais estrangeiras e a participar em organizações internacionais de diálogo e cooperação interregional;</p> <p>l) O direito a uma administração pública com quadros próprios fixados pela Região, bem como à garantia da mobilidade dos trabalhadores entre as várias administrações públicas;</p> <p>m) O direito ao reconhecimento da complexidade administrativa decorrente do seu carácter arquipelágico ao nível da administração regional autónoma e da organização dos serviços do Estado na Região;</p> <p>n) O direito a criar entidades administrativas independentes;</p>	<p>aprofundamento da cooperação no âmbito da Macaronésia;</p> <p>j) O direito a estabelecer acordos de cooperação com entidades regionais estrangeiras e a participar em organizações internacionais de diálogo e cooperação inter-regional;</p> <p>l) [...]</p> <p>m) [...]</p> <p>n) [...]</p> <p>o) [...]</p> <p>p) [...]</p> <p>q) [...]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
---	---	---

<p>o)O direito a criar provedores sectoriais regionais;</p> <p>p) O direito ao reconhecimento da realidade específica de ilha na organização municipal;</p> <p>q) O direito de acesso ao Tribunal Constitucional para defesa dos seus direitos reconhecidos pela Constituição e pelo presente Estatuto.</p> <p>2.A Região tem direito de participação, quando estejam em causa questões que lhe digam respeito:</p> <p>a)Na definição, condução e execução da política geral do Estado, incluindo a negociação e celebração de tratados e acordos internacionais;</p> <p>b) Nos processos de formação da vontade do Estado no âmbito da construção europeia.</p> <p>3.São também direitos da Região os restantes elencados neste Estatuto.</p>	<p>2.[...]:</p> <p>a)[...]</p> <p>b) [...]</p> <p>3.[...]</p>	
<p>Artigo 9.º</p> <p>Direito de petição aos órgãos de governo próprio</p> <p>1. Todos os cidadãos portugueses</p>	<p>Artigo 9.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p>	

<p>podem, individual ou colectivamente, exercer o direito de petição, dirigido aos órgãos de governo próprio da Região, para defesa dos seus direitos, da Constituição, do presente Estatuto, das demais leis ou do interesse geral, mediante a apresentação de petições, representações, reclamações ou queixas.</p> <p>2. O exercício do direito de petição obriga a entidade destinatária a receber e examinar as petições, representações, reclamações ou queixas, bem como a comunicar as decisões que forem tomadas.</p> <p>3. O exercício do direito de petição é livre e gratuito, não podendo a recolha de assinaturas e os demais actos necessários para a sua efectivação ser dificultada ou impedida por qualquer entidade pública ou privada, nem dar lugar ao pagamento de quaisquer impostos ou taxas.</p> <p>4. A regulação do exercício do direito de petição dos cidadãos</p>	<p>2. [...]</p> <p>3. [...]</p> <p>4. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
--	--	---

aos órgãos de governo próprio é estabelecida por decreto legislativo regional.		
<p>Artigo 12.º</p> <p>Princípio da solidariedade nacional</p> <p>1.A Região tem direito a ser compensada financeiramente pelos custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos mais amplos, de dimensão nacional e internacional.</p> <p>2. Constitui obrigação do Estado assegurar os encargos para garantia da efectiva universalidade das prestações sociais quando não for possível assegurá-las na Região.</p>	<p>Artigo 12.º</p> <p>[...]</p> <p>1.Nos termos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a Região tem direito a ser compensada financeiramente pelos custos das desigualdades derivadas da insularidade, designadamente no respeitante a comunicações, transportes, educação, cultura, segurança social e saúde, incentivando a progressiva inserção da Região em espaços económicos mais amplos, de dimensão nacional e internacional.</p> <p>2.Constitui obrigação do Estado assegurar os encargos para garantia da efectiva universalidade das prestações sociais quando não for possível assegurá-las na Região, nos termos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 14.º</p> <p>Princípio do adquirido autónómico</p>	<p>Artigo 14.º</p> <p>[...]</p> <p>1.O processo de autonomia</p>	<p>PS: a favor</p>

<p>1.O processo de autonomia regional é de aprofundamento gradual e progressivo.</p> <p>2.Os direitos, atribuições e competências da Região, resultantes da transferência operada pela legislação da República ou fundadas em legislação regional, não podem ser objecto de suspensão, redução ou supressão por parte dos órgãos de soberania.</p> <p>3.Excepcionalmente, quando razões ponderosas de interesse público constitucionalmente protegido, devidamente fundamentado, o exigirem, a suspensão, redução ou supressão de direitos, atribuições e competências regionais deve ser, em qualquer caso, precedida do procedimento de audição qualificada da Região.</p>	<p>regional é de aprofundamento gradual e dinâmico.</p> <p>2.A eventual suspensão, redução ou supressão, por parte dos órgãos de soberania, dos direitos, atribuições e competências da Região, resultantes da transferência operada pela legislação da República ou fundadas em legislação regional, deve ser devidamente fundamentada em razões ponderosas de interesse público e precedida de audição qualificada da Região.</p> <p>3. [Eliminado]</p>	<p>PSD: contra CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor</p> <p>PSD: contra CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor</p> <p>PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 15.º</p> <p>Princípio da preferência do Direito regional</p> <p>1.Os decretos legislativos</p>	<p>Artigo 15.º</p> <p>Princípio da supletividade da legislação nacional</p> <p>Na falta de legislação regional</p>	<p>PS: a favor</p>

<p>regionais prevalecem sobre os actos legislativos da República, sem prejuízo da reserva de competência legislativa dos órgãos de soberania.</p> <p>2. Na falta de legislação regional, aplicam-se as normas legais da República.</p>	<p>própria sobre matéria não reservada à competência dos órgãos de soberania, aplicam-se na região as normas legais em vigor.</p>	<p>PSD: contra</p> <p>CDS/PP: abstenção</p>
	<p>Artigo 15.º-A</p> <p>Execução dos actos legislativos</p> <p>No exercício das competências dos órgãos regionais, a execução dos actos legislativos no território da Região é assegurada pelo Governo Regional.</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 16.º</p> <p>Política de desenvolvimento económico e social da Região</p> <p>1. A orientação e definição da política de desenvolvimento económico e social da Região tem em conta as características intrínsecas do arquipélago.</p> <p>2. O plano de desenvolvimento económico e social e o orçamento regionais enquadram e promovem o desenvolvimento da Região.</p> <p>3. De harmonia com o princípio</p>	<p>Artigo 16.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>2. [...]</p> <p>3. De harmonia com o princípio da solidariedade nacional, o</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p>

	serviços públicos não regionalizados, determina a sua transferência automática para a esfera patrimonial da Região, conferindo a esta o correspondente direito de posse.	abstenção
<p>Artigo 26.º</p> <p>Círculos eleitorais</p> <p>1.Cada ilha constitui um círculo eleitoral, designado pelo respectivo nome.</p> <p>2.Cada círculo eleitoral de ilha elege dois Deputados e ainda Deputados em número proporcional ao dos cidadãos eleitores nele inscritos.</p> <p>3.A lei eleitoral prevê também a existência de um círculo regional de compensação, reforçando a proporcionalidade global do sistema.</p> <p>4.A lei eleitoral pode prever ainda a existência de um círculo, compreendendo os açorianos com dupla residência, no território da Região e noutras parcelas do território português ou no estrangeiro, que elege dois Deputados.</p> <p>5.Na atribuição dos mandatos</p>	<p>Artigo 26.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p> <p>2.[...]</p> <p>3.[...]</p> <p>4.A lei eleitoral pode atribuir direito de voto aos cidadãos com dupla residência, na Região e noutras parcelas do território português ou no estrangeiro.</p> <p>5.[...]</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>

aplica-se, dentro de cada círculo, o sistema de representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt, nos termos definidos pela lei eleitoral.		
<p>Artigo 33.º</p> <p>Competência política da Assembleia Legislativa</p> <p>Compete à Assembleia Legislativa:</p> <p>a) Dar posse ao Governo Regional e aprovar o respectivo Programa;</p> <p>b) Aprovar o plano de desenvolvimento económico e social, discriminado por programas de investimento;</p> <p>c) Aprovar o orçamento regional, discriminado por despesas e receitas, incluindo os dos serviços e fundos autónomos regionais e os programas de investimento de cada secretaria regional;</p> <p>d) Autorizar o Governo Regional a realizar empréstimos e outras operações de crédito que não sejam de dívida flutuante,</p>	<p>Artigo 33.º</p> <p>[...]</p> <p>[...]:</p> <p>a)[...]</p> <p>b) [...]</p> <p>c)[...]</p> <p>d) [...]</p> <p>e)[...]</p>	

<p>estabelecendo as respectivas condições gerais;</p> <p>e) Estabelecer o limite máximo dos avals a conceder pelo Governo Regional em cada ano;</p> <p>f) Votar moções de rejeição ao Programa do Governo;</p> <p>g) Votar moções de confiança e de censura ao Governo Regional;</p> <p>h) Apresentar propostas de referendo regional ao Presidente da República;</p> <p>i) Pronunciar-se, por sua iniciativa ou sob consulta dos órgãos de soberania, sobre as questões da competência destes;</p> <p>j) Participar na definição das posições do Estado Português, no âmbito do processo da construção europeia, nas matérias que sejam da sua competência política e legislativa;</p> <p>l) Participar no estabelecimento de laços de cooperação com entidades regionais estrangeiras;</p>	<p>f) [...]</p> <p>g) [...]</p> <p>h) [...]</p> <p>i) [...]</p> <p>j) [...]</p> <p>l) [...]</p> <p>m) Aprovar acordos de cooperação com entidades regionais ou locais estrangeiras que versem sobre matérias da sua competência ou sobre a participação em organizações que tenham por objecto fomentar o diálogo e a cooperação inter-regional;</p> <p>n) [...]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
---	--	---

<p>m) Aprovar acordos com entidades regionais ou locais estrangeiras que versem sobre matérias da sua competência ou sobre a participação em organizações que tenham por objecto fomentar o diálogo e a cooperação inter-regional;</p> <p>n) Eleger os titulares de órgãos ou cargos que, por lei ou acordo, lhe caiba designar;</p> <p>o) Participar nas reuniões das comissões da Assembleia da República em que se discutam iniciativas legislativas regionais, através de representantes seus, nos termos do Regimento da Assembleia da República.</p>	<p>o)[...]</p>	
<p>Artigo 36.º</p> <p>Competência legislativa própria</p> <p>1. Compete à Assembleia Legislativa legislar, para o território regional, nas matérias da competência legislativa própria da Região e que não estejam reservadas pelos artigos 161.º, 164.º, 165.º ou pelo n.º 2</p>	<p>Artigo 36.º</p> <p>[...]</p> <p>1. Compete à Assembleia Legislativa legislar, para o território regional, nas matérias da competência legislativa própria da Região e que não estejam constitucionalmente reservadas aos órgãos de soberania.</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>

<p>do artigo 198.º da Constituição aos órgãos de soberania.</p> <p>2. São matérias da competência legislativa própria da Região as referidas na subsecção II da presente secção.</p>	<p>2. [...]</p>	
<p>Artigo 38.º</p> <p>Competência legislativa delegada</p> <p>1. Compete à Assembleia Legislativa legislar, mediante autorização desta, nas matérias de reserva relativa da Assembleia da República previstas na segunda parte da alínea d), nas alíneas e), g), h), j), e l), primeira parte da alínea m), e alíneas n), r), u) e z) do n.º 1 do artigo 165.º da Constituição.</p> <p>2. As propostas de lei de autorização devem ser acompanhadas do anteprojecto do decreto legislativo regional a autorizar, aplicando-se às correspondentes leis de autorização o disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 165.º da Constituição.</p> <p>3. As autorizações referidas no número anterior caducam com o</p>	<p>Artigo 38.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>2. [...]</p> <p>3. [...]</p> <p>4. [...]</p>	

<p>termo da legislatura ou com a dissolução da Assembleia da República ou da Assembleia Legislativa.</p> <p>4. Os decretos legislativos regionais aprovados ao abrigo do presente artigo devem invocar expressamente as leis de autorização ao abrigo das quais foram elaborados.</p> <p>5. A Assembleia da República pode submeter os decretos legislativos regionais aprovados ao abrigo do presente artigo à sua apreciação para efeitos de cessação de vigência, nos termos do artigo 169.º da Constituição, não podendo, porém, alterá-los.</p> <p>6. A competência enunciada no n.º 1 não se limita às matérias da competência legislativa própria da Região, enunciadas na subsecção II da presente secção.</p>	<p>5. A Assembleia da República pode submeter os decretos legislativos regionais aprovados ao abrigo do presente artigo à sua apreciação para efeitos de cessação de vigência, nos termos do artigo 169.º da Constituição.</p> <p>6. [...]</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
<p>Artigo 40.º</p> <p>Competência regulamentar da Assembleia Legislativa</p> <p>1. É da exclusiva competência da Assembleia Legislativa regulamentar as leis e decretos-</p>	<p>Artigo 40.º</p> <p>Competência regulamentar da Assembleia Legislativa</p> <p>1. [...]</p>	

<p>leis emanados dos órgãos de soberania que não reservem para o Governo o respectivo poder regulamentar.</p> <p>2. Para os efeitos do número anterior, os órgãos de soberania apenas podem reservar para o Governo o poder regulamentar de leis e decretos-leis que disponham sobre matérias das respectivas reservas de competência legislativa, delimitadas pelos artigos 161.º, 164.º, 165.º ou n.º 2 do 198.º da Constituição.</p>	<p>2. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 45.º</p> <p>Iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos</p> <p>1. Os cidadãos regularmente inscritos no recenseamento eleitoral no território da Região são titulares do direito de iniciativa legislativa, do direito de participação no procedimento legislativo a que derem origem e do direito de iniciativa referendária.</p> <p>2. A iniciativa legislativa dos cidadãos pode ter por objecto todas as matérias incluídas na</p>	<p>Artigo 45.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>2. [...]</p>	

<p>competência legislativa da Assembleia Legislativa, à excepção das que revistam natureza ou tenham conteúdo orçamental, tributário ou financeiro.</p> <p>3. Os grupos de cidadãos eleitores não podem apresentar iniciativas legislativas que:</p> <p>a) Violem a Constituição da República Portuguesa ou o presente Estatuto;</p> <p>b) Não contenham uma definição concreta do sentido das modificações a introduzir na ordem legislativa;</p> <p>c) Envolvam, no ano económico em curso, aumento das despesas ou diminuição das receitas previstas no Orçamento da Região.</p> <p>4. A iniciativa referendária dos cidadãos pode ter por objecto as matérias referidas no n.º 3 do artigo 42.º e não pode envolver, no ano económico em curso, um aumento das despesas ou uma diminuição das receitas previstas no Orçamento da Região.</p> <p>5. O exercício do direito de</p>	<p>3.[...]</p> <p>4.[...]</p> <p>5.[...]</p>	
--	---	--

<p>iniciativa é livre e gratuito, não podendo ser dificultada ou impedida, por qualquer entidade pública ou privada, a recolha de assinaturas e os demais actos necessários para a sua efectivação, nem dar lugar ao pagamento de quaisquer impostos ou taxas.</p> <p>6. O direito de iniciativa legislativa de cidadãos é exercido através da apresentação à Assembleia Legislativa de projecto de decreto legislativo regional, subscrito por um mínimo de 1500 cidadãos eleitores recenseados no território da Região, e o direito de iniciativa referendária através da apresentação de anteproposta de referendo, subscrita por um mínimo de 3000 cidadãos eleitores recenseados no território da Região.</p> <p>7. O exercício do direito de iniciativa legislativa e referendária dos cidadãos é definido por decreto legislativo regional.</p>	<p>6. [...]</p> <p>7. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 68.º</p>	<p>Artigo 68.º</p>	

<p>Dissolução da Assembleia</p> <p>1.A Assembleia Legislativa pode ser dissolvida pelo Presidente da República, ouvidos o Conselho de Estado e os partidos nela representados.</p> <p>2.A dissolução pode ocorrer, designadamente, por:</p> <p>a)Impossibilidade de formação de Governo Regional, nomeadamente por ocorrer por duas vezes alguma das situações previstas nas alíneas e), f) e g) do artigo 85.º ou nos termos do n.º 3 do mesmo artigo;</p> <p>b)Grave instabilidade político-constitucional.</p> <p>3.A Assembleia Legislativa não pode ser dissolvida nos seis meses posteriores à sua eleição ou durante a vigência do estado de sítio ou do estado de emergência em território da Região.</p> <p>4.A inobservância do disposto no número anterior determina a inexistência jurídica do decreto de dissolução.</p> <p>5.A dissolução da Assembleia Legislativa não prejudica a</p>	<p>[...]</p> <p>1.[...]</p> <p>2. [Eliminado]</p> <p>3.[...]</p> <p>4.[...]</p> <p>5.[...]</p>	<p>:</p> <p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
---	---	---

<p>subsistência do mandato dos Deputados, nem da competência da Comissão Permanente, até à primeira reunião da Assembleia após as subseqüentes eleições.</p> <p>6.Em caso de dissolução da Assembleia Legislativa, as eleições têm lugar no prazo máximo de 60 dias, sob pena de inexistência jurídica daquele acto.</p> <p>7.A Assembleia Legislativa eleita após a dissolução inicia nova legislatura e nova sessão legislativa cuja duração respectiva é inicialmente acrescida do tempo necessário para se completar o período correspondente à sessão legislativa em curso à data da eleição.</p>	<p>6.[...]</p> <p>7.No caso de dissolução, a Assembleia então eleita inicia nova legislatura cuja duração será inicialmente acrescida do tempo necessário para se completar o período correspondente à sessão legislativa em curso à data da eleição.</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 85.º</p> <p>Demissão do Governo Regional</p> <p>1.Implicam a demissão do Governo Regional:</p> <p>a)O início de nova legislatura;</p> <p>b) A dissolução da Assembleia Legislativa;</p> <p>c)A apresentação de pedido de demissão pelo Presidente do</p>	<p>Artigo 85.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p> <p>a)[...]</p> <p>b) [Eliminado]</p> <p>c)[...]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>

<p>Governo Regional ao Representante da República;</p> <p>d) A morte ou impossibilidade física duradoura do Presidente do Governo Regional;</p> <p>e) A rejeição de Programa do Governo;</p> <p>f) A não aprovação de moção de confiança;</p> <p>g) A aprovação de moção de censura.</p> <p>2. Nos casos de demissão do Governo Regional nas situações previstas nas alíneas c) a g) do número anterior, o Representante da República nomeia novo Presidente do Governo Regional, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º.</p> <p>3. No caso previsto no número anterior, se, após a audição dos partidos representados na Assembleia Legislativa, o</p>	<p>d) [...]</p> <p>e) [...]</p> <p>f) [...]</p> <p>g) [...]</p> <p>2. Nos casos de demissão do Governo Regional nas situações previstas nas alíneas c) a g) e sem prejuízo do poder de dissolução da Assembleia Legislativa pelo Presidente da República, o Representante da República nomeia novo Presidente do Governo Regional, a não ser que, após a audição dos partidos representados na Assembleia Legislativa, constate não haver condições para tal tendo em conta os resultados eleitorais.</p> <p>3. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
---	---	--

<p>Representante da República constatar que não existem condições para nomear o Presidente do Governo Regional tendo em conta os resultados das eleições, deve comunicar tal facto ao Presidente da República, para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º.</p>		<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 88.º</p> <p>Competência regulamentar do Governo Regional</p> <p>1. Compete ao Governo Regional, no exercício de funções regulamentares:</p> <p>a) Aprovar a sua própria organização e funcionamento;</p> <p>b) Regulamentar a legislação regional;</p> <p>c) Regulamentar actos jurídicos da União Europeia;</p> <p>d) Elaborar os regulamentos necessários ao eficaz funcionamento da administração regional autónoma e à boa execução das leis.</p> <p>2. A matéria enunciada na alínea a) do número anterior é da exclusiva competência do</p>	<p>Artigo 88.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>a) [...]</p> <p>b) [...]</p> <p>c) [...]</p> <p>d) [...]</p> <p>2. [...]</p> <p>3. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: contra</p>

<p>Governo Regional.</p> <p>3.O Governo Regional pode emitir regulamentos independentes no âmbito da competência conferida pelo n.º 1 do presente artigo.</p>		<p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
	<p>Artigo 104.º-A</p> <p>Representante da República</p> <p>1.O Representante da República da Região é nomeado pelo Presidente da República, ouvido o Governo.</p> <p>2.Salvo em caso de exoneração, o mandato do Representante da República tem a duração do mandato do Presidente da República e termina com a posse do novo Representante da República.</p> <p>3.Em caso de vacatura do cargo, bem como nas suas ausências e impedimentos, o Representante da República é substituído pelo Presidente da Assembleia Legislativa.</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: contra</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
	<p>Artigo 104.º-B</p> <p>Competências</p> <p>1.Compete ao Representante da República:</p> <p>a)Nomear o presidente do</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: contra</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>

	<p>Governo Regional, tendo em conta os resultados eleitorais;</p> <p>b) Nomear e exonerar os restantes membros do Governo Regional, sob proposta do respectivo presidente;</p> <p>c) Assinar e mandar publicar os decretos legislativos regionais e os decretos regulamentares regionais;</p> <p>d) Exercer o direito de veto, designadamente nos termos dos artigos 278.º e 279.º da Constituição da República Portuguesa.</p> <p>2. No prazo de quinze dias, contados da recepção de qualquer decreto da Assembleia Legislativa da Região que lhe seja enviado para assinatura, ou da publicação da decisão do Tribunal Constitucional que não se pronuncie pela inconstitucionalidade de norma dele constante, deve o Representante da República assiná-lo ou exercer o direito de veto, solicitando nova</p>	
--	---	--

	<p>apreciação do diploma e mensagem fundamentada.</p> <p>3. Se a Assembleia Legislativa da Região confirmar o voto por maioria absoluta dos seus membros em efectividade de funções, o representante da República deverá assinar o diploma no prazo de oito dias a contar da sua recepção.</p> <p>4. No prazo de vinte dias, contados da recepção de qualquer decreto do Governo Regional que lhe tenha sido enviado para assinatura, deve o Representante da República assiná-lo ou recusar a assinatura, comunicando por escrito o sentido dessa recusa ao governo regional, o qual poderá converter o decreto em proposta a apresentar à Assembleia Legislativa da Região.</p>	
<p>Artigo 107.º</p> <p>Acordos de cooperação</p> <p>1. A Região e o Estado, representados pelo Governo Regional e pelo Governo da República, respectivamente,</p>	<p>Artigo 107.º</p> <p>[...]</p> <p>1. O Governo Regional e o Governo da República podem celebrar acordos juridicamente vinculativos sobre matérias de</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>

<p>podem celebrar acordos juridicamente vinculativos sobre matérias de interesse comum com os objectivos, de âmbito sectorial ou geral, de criação de órgãos de composição mista, empresas públicas ou privadas de capitais mistos, de prossecução de planos, programas ou projectos conjuntos, ou ainda de gestão ou exploração de serviços correspondentes às suas atribuições.</p> <p>2. Os acordos que impliquem a prossecução, pela Região, de atribuições do Estado são acompanhados da transferência para a Região dos meios financeiros suficientes.</p> <p>3. Após a sua celebração, os acordos que envolvam alterações na repartição de atribuições e competências entre Região e o Estado devem ser aprovados por lei ou, em matérias não abrangidas pela reserva absoluta de competência da Assembleia da República, por decreto-lei.</p>	<p>interesse comum com os objectivos, de âmbito sectorial ou geral, de criação de órgãos de composição mista, empresas públicas ou privadas de capitais mistos, de prossecução de planos, programas ou projectos conjuntos, ou ainda de gestão ou exploração de serviços correspondentes às suas atribuições.</p> <p>2. [...]</p> <p>3. [Eliminado]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 113.º</p> <p>Audição sobre o exercício de</p>	<p>Artigo 113.º</p> <p>[...]</p>	

<p>competências legislativas</p> <p>1.A aprovação de leis e decretos-leis aplicáveis no território regional deve ser precedida de audição da Assembleia Legislativa sobre as questões que lhe digam respeito.</p> <p>2. Para além das matérias de competência legislativa própria da Assembleia Legislativa, consideram-se matérias que dizem respeito à Região, nomeadamente:</p> <p>a)As políticas respeitantes às águas interiores, ao mar territorial, à zona contígua, à zona económica exclusiva e à plataforma continental contíguos ao arquipélago;</p> <p>b) As políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social;</p> <p>c)O regime do referendo regional;</p>	<p>1.A aprovação de leis e decretos-leis aplicáveis no território regional deve ser precedida de audição da Assembleia Legislativa sobre as questões respeitantes à Região.</p> <p>2.Consideram-se respeitantes à Região as normas que nela incidam especialmente ou que versem sobre interesses predominantemente regionais, nomeadamente sobre:</p> <p>a)Águas interiores, ao mar territorial, à zona contígua, à zona económica exclusiva e à plataforma continental contíguos ao arquipélago;</p> <p>b) [Eliminado]</p> <p>c)[...]</p> <p>d) [...]</p> <p>e)[...]</p>	<p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor PSD: a favor CDS/PP: abstenção</p> <p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
--	---	---

<p>d) O regime das finanças regionais;</p> <p>e) O estatuto das autarquias locais dos Açores e respectivo financiamento;</p> <p>f) Regime geral da elaboração e organização do orçamento regional;</p> <p>g) Definição e regime dos bens de domínio público regional e de domínio público estadual situados no território regional;</p> <p>h) A organização judiciária no território regional;</p> <p>i) Segurança pública e a organização das forças de segurança no território regional;</p> <p>j) O planeamento e a regulação do ordenamento do território e o urbanismo, no que diz respeito ao território regional;</p> <p>l) Regime regional dos meios de produção integrados no sector cooperativo e social de propriedade.</p> <p>3. Tendo em conta a sua competência legislativa de desenvolvimento, a Região, através da Assembleia</p>	<p>f) [...]</p> <p>g) [...]</p> <p>h) [...]</p> <p>i) [...]</p> <p>j) [...]</p> <p>l) [...]</p> <p>3. A Região deve também ser ouvida pela Assembleia da República quando esta exerça a sua competência legislativa, com especial incidência na competência legislativa regional de desenvolvimento, sobre as seguintes matérias:</p> <p>a) [...]</p> <p>b) [...]</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: a favor</p> <p>CDS/PP:</p> <p>abstenção</p>
--	--	--

<p>Legislativa, deve também ser ouvida pela Assembleia da República quando esta exerça a sua competência legislativa sobre:</p> <p>a)Bases do sistema de ensino;</p> <p>b) Bases do sistema de segurança social e do serviço nacional de saúde;</p> <p>c)Bases do sistema de protecção da natureza e do equilíbrio ecológico;</p> <p>d) Bases do património cultural;</p> <p>e) Bases da política agrícola;</p> <p>f) Bases do regime e âmbito da função pública;</p> <p>g)Bases gerais do regime das empresas públicas e fundações públicas;</p> <p>h) Bases do ordenamento do território e urbanismo.</p>	<p>c)[...]</p> <p>d) [...]</p> <p>e)[...]</p> <p>f) [...]</p> <p>g)[...]</p> <p>h) [...]</p>	
<p>Artigo 118.º</p> <p>Participação da Região na política externa da República</p> <p>1.A Região, através do Governo Regional, participa na determinação e condução da política externa da República quando estejam em causa</p>	<p>Artigo 118.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p>	

<p>matérias que lhe digam respeito.</p> <p>2. São matérias que dizem respeito à Região, para os efeitos do número anterior, nomeadamente:</p> <p>a) As que incidam sobre as suas atribuições ou competências;</p> <p>b) As políticas respeitantes ao mar territorial, à zona económica exclusiva e à plataforma continental;</p> <p>c) As políticas fiscal, monetária, financeira e cambial, de modo a assegurar o controlo regional dos meios de pagamento em circulação e o financiamento dos investimentos necessários ao seu desenvolvimento económico-social;</p> <p>d) A condição de região ultraperiférica e a insularidade;</p> <p>e) A utilização de bases militares no território regional;</p> <p>f) A segurança pública no território regional;</p> <p>g) A política agrícola e piscatória, quando incida sobre o território da Região;</p>	<p>2. [...]:</p> <p>a) As susceptíveis de implicações especiais nas suas atribuições ou competências;</p> <p>b) [...]</p> <p>c) [...]</p> <p>d) [...]</p> <p>e) [...]</p> <p>f) [...]</p> <p>g) [...]</p> <p>h) [...]</p>	<p>PS: a favor</p> <p>PSD: contra</p> <p>CDS/PP: abstenção</p>
---	--	--

<p>h) A regulação de denominações de origem protegida, indicações geográficas protegidas ou outros sistemas de protecção e de valorização dos produtos e marcas da Região;</p> <p>i) A política ambiental, de gestão dos recursos e de protecção da fauna e flora da Região;</p> <p>j) O comércio internacional, quando incida sobre produtos de produção regional;</p> <p>l) Os investimentos na Região;</p> <p>m) O património cultural localizado na Região.</p> <p>3.No âmbito do direito de participação referido no n.º 1 do presente artigo, a Região tem o direito de:</p> <p>a)Requerer à República a celebração ou a adesão a tratados ou acordos internacionais que se afigurem adequados à prossecução dos objectivos fundamentais da Região;</p> <p>b) Ser informada, pela República, da negociação de</p>	<p>i) [...]</p> <p>j) [...]</p> <p>l) [...]</p> <p>m) [...]</p> <p>3.[...]:</p> <p>a)[...]</p> <p>b) [...]</p> <p>c)[...]</p> <p>d) [...]</p>	
---	--	--

<p>tratados ou acordos;</p> <p>c) Participar, integrada na delegação portuguesa, na negociação de tratados ou acordos internacionais e em outras negociações internacionais ou cimeiras;</p> <p>d) Participar nas representações portuguesas perante organizações internacionais;</p> <p>e) Dirigir aos órgãos de soberania, através da Assembleia Legislativa ou do Governo Regional, as observações e propostas que entenda pertinentes no âmbito das alíneas anteriores do presente número.</p> <p>4. No âmbito das suas atribuições e competências próprias, a Região deve executar, no seu território, os tratados e acordos internacionais, bem como as decisões vinculativas de organizações internacionais.</p>	<p>e) [...]</p> <p>4. [...]</p>	
<p>Artigo 130.º</p> <p>Organização judiciária</p> <p>1. A organização judiciária</p>	<p>Artigo 130.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p>	

<p>regional tem em consideração as especificidades e necessidades próprias da Região.</p> <p>2. Cada ilha, com excepção do Corvo, deve corresponder, pelo menos, à área de circunscrição de um tribunal judicial de primeira instância, devendo existir no arquipélago um tribunal judicial de segunda instância.</p>	<p>2. A cada ilha, com excepção do Corvo, deve corresponder, pelo menos, um juízo do tribunal de primeira instância.</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 136.º</p> <p>Apreciação do projecto pela Assembleia da República</p> <p>1. A Assembleia da República, ao apreciar o projecto de revisão do Estatuto, deve ouvir a Assembleia Legislativa sempre que considerar adequado.</p> <p>2. A Assembleia Legislativa designa uma delegação representativa dos partidos que nela têm assento para apresentar o projecto de revisão do Estatuto à Assembleia da República, a qual pode solicitar ser ouvida pelo Presidente da Assembleia da República, pelas Comissões encarregadas de discutir o projecto, pelos grupos parlamentares ou pelos</p>	<p>Artigo 136.º</p> <p>[...]</p> <p>1. [...]</p> <p>2. [...]</p>	

<p>Deputados, em qualquer momento do procedimento legislativo na Assembleia da República.</p> <p>3.A Assembleia Legislativa pode deliberar, por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, retirar o projecto de revisão do Estatuto, até ao final da votação na especialidade.</p>	<p>3. A Assembleia Legislativa pode deliberar, por maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, retirar o projecto de revisão do Estatuto, até à votação da proposta na generalidade.</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>
<p>Artigo 137.º</p> <p>Alteração do projecto pela Assembleia da República</p> <p>1.Se a Assembleia da República alterar o projecto de revisão do Estatuto deve remetê-lo à Assembleia Legislativa para que esta aprecie todas as alterações introduzidas e sobre elas emita parecer.</p> <p>2.Os poderes de revisão do Estatuto pela Assembleia da República estão limitados às normas estatutárias sobre as quais incida a iniciativa da Assembleia Legislativa.</p>	<p>Artigo 137.º</p> <p>[...]</p> <p>1.[...]</p> <p>2.Os poderes de revisão do Estatuto pela Assembleia da República estão limitados às normas estatutárias sobre as quais incida a iniciativa da Assembleia Legislativa e às matérias correlacionadas.</p>	<p>PS: a favor PSD: contra CDS/PP: abstenção</p>

CAPÍTULO V

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

O Grupo Parlamentar do PS, concluída esta fase decisiva do procedimento de revisão do Estatuto Político-Administrativo, constata com satisfação que a proposta mantém no essencial o cunho reformador, garantístico e de conquista e consolidação competencial da Autonomia, reforçando a democracia participativa açoriana.

Para além disso, considera que a nova sistemática e a elencagem das matérias de competência legislativa regional, bem como a introdução de um Preâmbulo – tudo aspectos que se mantêm intocados – denotam que as alterações introduzidas tiveram a ver sobretudo com pormenores de técnica legislativa, afinamentos de conformidade constitucional e aspectos político-simbólicos, lamentando contudo, a este respeito, a retirada do n.º 2 do artigo 5.º da proposta inicial, da expressão “povo açoriano”.

O Grupo Parlamentar do PSD congratula-se com a dignidade com que o processo de revisão estatutária decorreu na generalidade e considera que parte substancial das alterações constituem meros ajustamentos de redacção e de prevenção da constitucionalidade.

Lamenta porém que existam alterações que apenas têm por objectivo vincar preconceitos e complexos centralistas, de que constitui exemplo a retirada do texto do diploma da expressão “povo açoriano”, da "dimensão progressiva da autonomia" e a prevalência do Direito Regional substituída pelo Direito Nacional.

Considera igualmente que o aditamento do articulado referente ao Representante da República é escusado e não faz sentido, porquanto se trata de uma figura do Estado.

A Representação Parlamentar do CDS-PP congratula-se com a chegada ao fim do que considera “o trabalho de uma legislatura”, salientando que as alterações introduzidas são essencialmente alterações de pormenor que não desvirtuam a iniciativa, que considera ser muito positiva para a autonomia.

Assinala, a este propósito, que mesmo a expressão “povo açoriano” se manteve no Preâmbulo, e reitera a posição de coerência do seu Partido, que tendo votado na Assembleia da República como votou na Assembleia Legislativa, vai agora assumir na Região posição idêntica à que foi assumida em Lisboa.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Apreciada a “Proposta de Lei n.º 169/X – Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”, com as alterações introduzidas pela Assembleia da República, em sede da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo concluiu o seguinte:

- A proposta deste Parlamento, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Assembleia da República, não foi, no seu núcleo essencial, desvirtuada, continuando a assegurar importantes ganhos competenciais dos órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores;
- A enunciação das matérias de competência legislativa da Região bem como o preâmbulo proposto mantêm-se intocados, constituindo um marco reformador de acentuado cunho político que se traduz, designadamente, na consagração dos direitos da Região, dos objectivos fundamentais da Autonomia e na operacionalização de novos direitos políticos de participação para o povo açoriano, como sejam a iniciativa legislativa e referendária populares e a regulamentação do próprio referendo regional.

Assim, e considerado o exposto, a Comissão Especial de Acompanhamento do Processo de Revisão do Estatuto Político-Administrativo deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à aprovação da “Proposta de Lei n.º 169/X – Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores”.

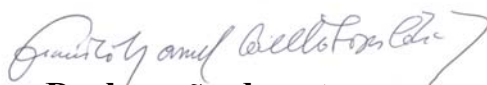
Angra do Heroísmo, 19 de Maio de 2008

O Relator, Manuel Herberto Rosa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Nesta reunião da Comissão estiveram presentes todos os Deputados que a integram, à excepção do Deputado José San-Bento (PS), que foi substituído pela Deputada Cláudia Cardoso, e do Deputado Nuno Tomé (PS), que faltou justificadamente.

O Presidente, Francisco Coelho



Declaração de voto

Nos termos regimentais aplicáveis, e após o seu respectivo anúncio em Plenário, apresento, por escrito, a minha declaração de voto na apreciação e emissão de parecer à Proposta de Lei nº 169/X, com as alterações introduzidas pela Assembleia da República.

A proposta, nestes termos, vale menos para o aprofundamento da Autonomia Política dos Açores do que a proposta inicial apresentada por esta Assembleia Legislativa e aprovada por unanimidade. Mas vale mais, enquanto texto reformador, do que o actual texto estatutário.

Participei, empenhado e dedicado ao projecto reformador desta terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, na elaboração da anteproposta construída pela Comissão Parlamentar Eventual criada para o efeito.

Sempre entendi que importava concretizar, em letra de lei, no nosso Estatuto Político, o espírito do legislador constituinte na sexta revisão constitucional (Lei Constitucional nº 1/2004, de 24 de Julho).

No âmbito de um quadro parlamentar de maioria PSD - CDS/PP, na Assembleia da República, a sexta revisão da Constituição Portuguesa não foi, como então se anunciava, cirúrgica por razões da integração europeia, tendo consagrado importantes aprofundamentos para a Autonomia Política dos Açores e da Madeira.

O consenso alcançado na Assembleia da República não foi fácil, mas garantiu um efectivo progresso de aprofundamento da Autonomia, quer no espírito, quer na letra do texto constitucional.

Foi fundado neste passo em frente, que desde o início, afirmei convictamente a oportunidade de realizar uma revisão do nosso Estatuto verdadeiramente reformadora e ousada.

Como se prova, por algumas das alterações introduzidas pela Assembleia da República, apreciadas, aliás, com o nosso parecer negativo, o aperfeiçoamento democrático e autonómico faz-se por conquista dos açorianos e não por cedência dos centralistas.

Quando pensamos ter sossegado os espíritos do centralismo desconfiado, eis que nos voltam a travar o caminho do aperfeiçoamento democrático dum Portugal moderno.

É por isso que concretizo com arreigada convicção nas virtudes dum aperfeiçoamento da Democracia em Portugal que nos Açores toma a forma e a designação de Autonomia - esta declaração de voto, que repudia, com veemência, o espírito regressivo e desconfiado, das

concretas propostas que expressam a tentativa de minimização da vontade de um Povo – o Povo dos Açores – na realização de Portugal, da Democracia e da Autonomia nos Açores. São democraticamente aceitáveis as alterações ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores que melhoram o texto do normativo ou que o conformem, com cautela e correcção, com a Constituição da República Portuguesa, afastando dúvidas sérias de constitucionalidade.

Não são assim os casos das alterações propostas pelo Partido Socialista, designadamente:

Ao nº 2 do artigo 5º, que substitui “povo açoriano” pela expressão “açorianos”. É uma alteração ignóbil. Não aperfeiçoa, não corrige juridicamente. Apenas atenta, desnecessariamente, contra a uma realidade;

Ao artigo 14º, que, em especial, elimina a ideia de que o processo autonómico é, enquanto processo, de aprofundamento gradual e progressivo. Na verdade, tem sido assim. É e será assim.

Tal como a Democracia, a Autonomia, como processo, só pode ser de avanços no seu aperfeiçoamento. Uma Autonomia que não progride, que não avança, é um processo político com morte anunciada.

A alteração não é jurídica. É apenas preconceituosa;

Ao artigo 15º, que substitui o “princípio da preferência do direito regional”, pelo “princípio da supletividade da legislação nacional”.

Mais uma vez, uma alteração que não altera a realidade, apenas expressa a desconfiança e o centralismo, contra o qual é preciso combater com a razão e por convicção.

A introdução de um novo Capítulo IV, relativo ao Representante da República. Perfeitamente desnecessário, mas simbolicamente revelador do espírito de tutela, que prevalece nas mentes centralistas.

Ao artigo 113º, que arrisca tendências interpretativas restritivas, que façam renascer a lógica limitadora do interesse específico.

Estas, entre outras, são alterações que em meu entender não se enquadram no espírito da revisão constitucional de 2004.

Aliás, vão ao seu arrepio.

Têm, no entanto, o condão de me despertar o espírito lutador.

Apesar destas comentadas alterações terem vingado, com os votos favoráveis do PS, PCP e BE, - e com a aceitação do PS/Açores, excepção à alteração ao artigo 5º -, não esmoreço na vontade de conquistar um renovador espírito descentralizador de um Portugal moderno que acredite na Autonomia como factor de coesão e unidade nacional e de progresso do povo açoriano

Cá estaremos para lutar por um novo avanço no aprofundamento da Autonomia na próxima revisão constitucional.

Horta e Sala das Sessões, 21 de Maio de 2008

O Deputado: José Manuel Bolieiro

Declaração de voto

Acompanhei o sentido de voto do meu Grupo Parlamentar na audição à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei nº 169/X – Aprovação da Terceira Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, sublinhando, nesta declaração de voto, o privilégio de ter participado, como Deputado eleito pelo povo açoriano, nos frutuozos trabalhos das Comissões e Sub-Comissões Parlamentares que, nesta legislatura, prepararam a reforma do nosso Estatuto Político-Administrativo, que agora aguarda a votação final global na Assembleia da República.

O culminar deste processo confirma o acerto da opção política tomada quanto à revisão do Estatuto Político-Administrativo, sem esperar por uma futura e incerta revisão constitucional.

Os Açores dão, agora, um passo no aprofundamento da Autonomia, como solução de auto-governo, no actual quadro constitucional aberto pela revisão constitucional de 2004.

É assim que devemos olhar para este processo, com a grandeza que o serviço aos Açores e ao seu povo impõe, e nunca com a estreiteza de horizontes de quem possa confundir uma parte com o todo ou as questões de intendência com as opções políticas substantivas.

O povo açoriano – sim, o povo açoriano, “este povo que nasceu do mar”, no verso feliz de João de Melo – pode confiar numa nova geração de políticos dos Açores que, com determinação, querem a autonomia ambiciosamente progressiva e não modestamente dinâmica.

Sem que alterações de especialidade ponham em causa um sentimento geral de aprovação da Proposta de Lei agora em audição, a verdade é que algumas das alterações aprovadas são pálidas soluções, no plano político e jurídico, revelando temores que julgava afastados, num tempo de maturidade autonómica.

Pela sua especial consequência futura, não posso deixar de assinalar a minha discordância em cinco aspectos, alguns dos quais mereceram o acordo do PSD.

No domínio da competência legislativa própria (artigo 36º), a formulação adoptada é manifestamente infeliz e não permite uma clara interpretação da extensão da competência legislativa própria da Região, ao impor como limite negativo as matérias que “não estejam constitucionalmente reservadas aos órgãos de soberania”. Na minha perspectiva, as matérias reservadas aos órgãos de soberania são apenas aquelas compreendidas na reserva legislativa da Assembleia da República (artigos 161º, 164 e 165º) e competência do Governo (artigo 198º, nº 2) da Constituição.

A formulação jurídica utilizada aqui, parece-me insuficiente para afastar a jurisprudência do Tribunal Constitucional – que, quanto às Regiões Autónomas, parece ignorar a letra e o sentido das sucessivas revisões constitucionais – que sempre fez uma interpretação extensiva do conceito de “matérias reservadas”, ampliando o seu âmbito até a matérias que, em nome do carácter unitário do Estado e dos laços de solidariedade entre os portugueses, exigiam a intervenção do legislador nacional.

Já após a revisão constitucional de 2004, o Acórdão 258/07, do Tribunal Constitucional, manteve a interpretação extensiva do conceito de “matérias reservadas”.

Se é verdade que esta interpretação extensiva não se harmoniza com o sentido geral da revisão constitucional de 2004 ou com a possibilidade das Assembleias Legislativas legislarem em matéria de reserva legislativa da Assembleia da República, mediante autorização desta, não é menos verdade que se perdeu uma oportunidade para a confirmação do sentido da revisão constitucional de 2004.

O princípio da preferência do Direito Regional, rejeitado pelo centralismo jacobino e arreigado, transformado em “supletividade da legislação nacional”, revela a modéstia da maioria que o impôs.

O exercício do poder legislativo pela Assembleia Legislativa goza de preferência sobre as normas supletivas editadas pelos órgãos de soberania.

A supletividade recortada nesta Proposta de Lei não pode ser interpretada como cláusula de atribuição de competências à Assembleia da República ou ao Governo, não autorizando a emissão de normas pelo Estado para vigorarem no território da Região, em matérias de exclusiva competência regional, enunciadas no Estatuto.

A formulação original do artigo 14º era juridicamente mais precisa e simbolicamente mais consentânea com a interpretação do processo autonómico conferida pelo povo açoriano.

Em vários artigos – como o votos do PS e do PSD - renasceram as expressões “interesses predominante regionais” (artigo 113º, nº 2), “especial incidência” (artigo 113º, nº 3), “implicações especiais” (artigo 118º, nº 2, aliena a)) que, conceptualmente recordam as declinações do conceito de interesse específico, eliminado pela revisão constitucional de 2004.

A Proposta de Lei dispensava – como sucedia na versão originária aprovada pela Assembleia Legislativa – esta indesejada aproximação que convoca velhos fantasmas interpretativos.

Lamento que, quanto à organização judiciária nos Açores, a maioria socialista, tenha rejeitado a consagração estatutária da existência tribunal de segunda instância na Região.

Os cidadãos, nos Açores, poderiam ter uma justiça mais próxima e mais célere com um tribunal de segunda instância.

Por último, uma breve referência ao aditamento de dois artigos, reproduzindo disposições constitucionais quanto ao Representante da República.

O Representante da República não é um órgão de governo próprio da Região. As suas atribuições e competências estão fixadas na Constituição da República e na Lei que define o seu próprio estatuto.

O Representante da República é uma figura esdrúxula na organização do poder político em cada Região Autónoma.

As disposições aditadas são inúteis para a caracterização das atribuições e competências do Representante da República e não deveriam figurar no Estatuto Político-Administrativo.

A imposição destes dois artigos é um acto quixotesco da maioria socialista.

Desejo que algumas das soluções agora introduzidas na Proposta de Lei não pervertam o seu sentido original nem representem um retrocesso indesejado, por via interpretativa ou jurisprudencial.

Porque acredito numa autonomia progressiva, tendo como limite apenas a unidade do Estado, sei que daremos, no futuro, outros passos no caminho duma melhor governação dos Açores pelo seu povo, reafirmando sempre a divisa inscrita no nosso brasão de armas: “antes morrer livres, do que em paz sujeitos”.

Horta e Sala das Sessões, 21 de Maio de 2008

O Deputado: Pedro Gomes

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco